



Gabinete do Vereador Nabil Bonduki (45ºGV)

PROJETO DE LEI nº ___, de 2025

Institui o Programa “Ainda Estamos Aqui”, que dispõe sobre a alteração da denominação de logradouros e equipamentos públicos que homenageiam pessoas associadas à prática de graves violações de direitos humanos no contexto da Ditadura Militar, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído o Programa “Ainda Estamos Aqui”, destinado a promover a alteração da denominação de logradouros e equipamentos públicos que homenageiam pessoas associadas à prática de graves violações de direitos humanos no contexto da Ditadura Militar.

Art. 2º. Para os fins desta Lei, ficam alteradas as denominações dos seguintes logradouros e equipamentos públicos:

I - Praça Augusto Rademaker Grunewald, localizada no Itaim Bibi - São Paulo - SP, 04533-085, passará a ser denominada Praça Eunice Paiva;

II - Avenida General Ênio Pimentel da Silveira, localizada no Morumbi - São Paulo, SP, 05745-240, passará a ser denominada Avenida Egle Vannucchi Leme;

III - Rua Dr. Otávio Gonçalves Moreira Júnior, localizada no Jardim Esmeralda, São Paulo - SP, 05366-090, passará a ser denominada Rua Zuzu Angel;

IV - Rua Alberi Vieira dos Santos, localizada no Conjunto Habitacional Jova Rural São Paulo - SP, 02281-216, passará a ser denominada Rua Marli Coragem;

V - Rua Marechal Olímpio Mourão Filho, localizada na Cidade São Francisco, São Paulo - SP, 05352-080, passará a ser denominada Rua Esmeraldina Carvalho Cunha;

VI - Rua Délio Jardim de Matos, localizada em Campo Grande, São Paulo - SP, 04458-025, passará a ser denominada Rua Maria José Araújo

VII - Praça General Humberto de Souza Melo, localizada na Praça General Humberto de Souza Mello - Belenzinho, São Paulo - SP, 03021-010, passará a ser denominada Praça Joana Lopes;



Gabinete do Vereador Nabil Bonduki (45ºGV)

VIII - Praça Ministro Alfredo Buzaid, localizada na Vila Nova Conceição, São Paulo - SP, 04530-040, passará a ser denominada Praça Nadir Gouvêa Kfoury;

IX - Rua Trinta e Um de Março, localizada na Fazenda Morumbi, São Paulo - SP, 05657-030, passará a ser denominada Rua Ricardo Zarattini Filho;

X - Rua Henning Boilesen, localizada em Jaguaré, São Paulo - SP, 05338-050, passará a ser denominada Rua Madre Maurina;

XI - Rua Dr. Mário Santalucia, localizada em Tremembé, São Paulo - SP, 02351-070, passará a ser denominada Rua Carlos Roberto Zanirato;

XII - Rua Senador Filinto Muller, localizada no Parque São Rafael, São Paulo - SP, 08320-110, passará a ser denominada Rua Jerônimo Alves;

XIII - Avenida Presidente Castelo Branco, localizada na Vila Jaguara, São Paulo - SP, 05118-100, passará a ser denominada Avenida Engenheiro Rubens Paiva;

Art. 3º. As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NABIL BONDUKI
Vereador



Gabinete do Vereador Nabil Bonduki (45°GV)

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem como propósito a alteração do nome de logradouros e equipamentos públicos localizados no Município de São Paulo, que atualmente homenageiam indivíduos associados ao período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), um regime marcado por graves violações dos direitos humanos e pela supressão das liberdades democráticas. O presente projeto de lei também se insere no contexto do impacto cultural gerado pelo filme *Ainda Estou Aqui*, dirigido por Walter Salles. Dessa forma, subdividimos o projeto em três grandes referenciais conforme apresentado abaixo

Primeiramente, reconhecemos Eunice Paiva, mãe de cinco filhos, protagonista do filme *Ainda Estou Aqui*, que se tornou pilar da família após o desaparecimento de seu marido, o ex-deputado Rubens Paiva, durante a Ditadura Militar no Brasil. Sua vida, então, passa a ser marcada por três grandes objetivos: I) a busca incessante pelo paradeiro do marido; II) seu empenho em obter uma certidão de óbito que atestasse, de fato, sua viuvez;¹ III) sua trajetória frente a defesa dos direitos humanos. Na escolha das propostas de alterações, homenageamos trajetórias semelhantes de inúmeras mães, esposas, irmãs e demais familiares que são outras “Eunices”. Ou seja, permaneceram e, em vida ainda permanecem, sem saber o paradeiro de seus familiares desaparecidos pela ditadura.

Em seguida, apresentamos vítimas com suas trajetórias, lutas, reivindicações e resistências ao período de Ditadura Militar, frente às repressões policiais² que aconteciam com a grave violação aos direitos humanos,

em espaços legais como DOPS, DOI-CODI, quartéis, e em espaços clandestinos como a “Casa da Morte” localizada na cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro, em propriedades rurais como o “Sítio 31 de março”. Todos funcionando sob o comando direto das Forças Armadas brasileiras, com autorização, apoio e consentimento do Estado. (PUC-SP, s.p.).

Por fim, a terceira classificação das denominações propostas são de nomes que defendiam a democracia, nos espaços políticos, de resistência ou nas ações possíveis em suas formas de atuação, como o Deputado Ricardo Zarattini Filho, Nadir Gouvêa Kfourie e outros homenageados.

¹ Certidão de óbito só emitida após a Lei de Desaparecido Políticos Lei nº 9.140 de 04/12/1995, assinada por Fernando Henrique Cardoso.

² PUC-SP. Mortos e desaparecidos - contextualização. Disponível em: <https://www.pucsp.br/comissaodaverdade/mortos-e-desaparecidos-contextualizacao.html>. Acesso em 30 jan. 2025



Gabinete do Vereador Nabil Bonduki (45°GV)

Um aspecto que norteou a proposta e corrobora sua importância é que das 45.717 vias da cidade de São Paulo, apenas 16% das ruas homenageiam mulheres³. Logo esse projeto também se integra às iniciativas que buscam mitigar essa desigualdade dos homenageados em vias da capital, e dispões de 9 nomes de mulheres, nas 13 proposições de denominação.

Parte da superação do período da ditadura militar envolveu a criação da Comissão da Verdade e Memória da Prefeitura de São Paulo⁴, cuja recomendação, contida no relatório de 2016, aponta uma série de ações a serem adotadas pelo Estado brasileiro, muitas das quais ainda não foram plenamente implementadas no âmbito municipal. O presente projeto visa contribuir para o cumprimento de uma dessas recomendações, especificamente no que diz respeito à alteração da denominação de logradouros e equipamentos públicos que homenageiam indivíduos envolvidos em graves violações dos direitos humanos. Veja-se:

I - Alteração da denominação de logradouros e equipamentos públicos: recomendar ao Estado Brasileiro, através dos entes federados que adotem as medidas necessárias à mudança da denominação dos logradouros e equipamentos públicos, que homenageiam pessoas envolvidas com a prática de graves violações de direitos humanos. A alteração deve ser precedida de uma campanha educativa informando os motivos da mudança e ressaltando os valores democráticos; (RCVM, p.44)

Passados quase 9 anos⁵, desde a publicação do relatório, a Cidade de São Paulo ainda preserva logradouros, vias e equipamentos públicos que homenageiam generais, médicos, gestores públicos e outros integrantes do alto escalão da Ditadura Militar envolvidos em episódios de grave violação aos direitos humanos.

³ GARCIA, Guilherme. **Nomes femininos são apenas 16% dos que batizam as ruas de São Paulo**. Folha de S.Paulo, 27 ago. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/08/nomes-femininos-sao-apenas-16-dos-que-batizam-ruas-de-sao-paulo.shtml>. Acesso em: 26 fev. 2025.

⁴ RELATÓRIO DA COMISSÃO DE MEMÓRIA E VERDADE, 2016. Disponível em: <https://capital.sp.gov.br/w/noticia/prefeitura-recebe-relatorio-final-da-comissao-da-memoria-e-verdade> e https://capital.sp.gov.br/web/direitos_humanos/w/noticias/227198. Acesso em 30 de jan.2025

⁵ SANTOS, Fábio; PINHOLI, Marina. G1. **São Paulo tenta se libertar de nomes de ruas ligados à ditadura, mas alguns persistem**. Publicado em: 25/01/2024 06h00. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/01/25/sao-paulo-tenta-se-libertar-de-nomes-de-ruas-ligados-a-ditadura-mas-alguns-persistem-veja-lista.ghtml#1>. Acesso em: 30 jan.2025.

ZAREMBA, Júlia. G1 e Globo News. **Justiça manda Prefeitura de SP mudar nomes de ruas e espaços ligados à ditadura militar**. Publicado em: 13/12/2024 18h14. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/12/13/justica-manda-prefeitura-de-sp-mudar-nomes-de-ruas-e-espacos-ligados-a-ditadura-militar.ghtml>. Acesso em: 30 jan.2025.

CARMO, WENDEL. CARTA CAPITAL. **Juiz manda Ricardo Nunes mudar nomes de ruas que homenageiam figuras da ditadura em São Paulo**. Publicado em: 13.12.2024 17H06. <https://www.cartacapital.com.br/justica/juiz-manda-ricardo-nunes-mudar-nomes-de-ruas-que-homenageiam-figuras-da-ditadura-em-sp>. Acesso em: 30 jan.2025.



Gabinete do Vereador Nabil Bonduki (45ºGV)

Do ponto de vista jurídico, o projeto dialoga com o Programa Ruas de Memória, instituído pelo Decreto Municipal nº 57.146 de 25 de julho de 2016, que prevê a mudança progressiva das denominações de logradouros e equipamentos públicos municipais denominados em homenagem a pessoas, datas ou fatos associados a graves violações aos direitos humanos.

Além disso, a presente proposta é fundamentada na Lei Municipal nº 14.454/2007, legislação que trata sobre as regras de denominação e alteração do nome de vias e logradouros municipais. Como estabelece seu art. 5º, a referida lei permite a alteração de denominação de vias e logradouros públicos em casos específicos, como quando a denominação for suscetível de expor ao ridículo moradores ou domiciliados no entorno, ou quando se tratar de homenagem a uma autoridade que tenha cometido crimes de lesa-humanidade ou graves violações de direitos humanos.

Como é possível notar, a presente proposta está plenamente amparada pela referida legislação, uma vez que a denominação atual se refere a uma figura vinculada a um regime que cometeu extensas violações de direitos humanos, configurando, assim, uma grave ofensa aos princípios democráticos e à memória das vítimas desse período.

É oportuno ressaltar que a Prefeitura de São Paulo figura como ré em uma ação judicial movida⁶ pelo Instituto Vladimir Herzog, que trata exatamente deste tema. Na referida demanda, foi proferida uma decisão liminar favorável à alteração dos nomes de logradouros públicos que ainda mantêm denominações e simbologias associadas ao período de interrupção democrática, conforme evidenciado no excerto abaixo:

(...) ao se considerar que há mais de dez anos o Poder Público municipal é omissor quanto ao início de renomeação desses espaços públicos em cumprimento ao direito à memória política que se associa ao regime democrático e à dignidade da pessoa humana, justifica-se a tutela de urgência solicitada, e por isso defiro a liminar para determinar que o réu Município de São Paulo apresente, no prazo de sessenta dias, cronograma com o fim de implementar política pública de direito à memória para a modificação de nomes de vias e logradouros públicos indicados na petição inicial. (ACP nº 1097680-66.2024.8.26.0053)

No âmbito deste projeto, propõe-se que os referidos logradouros, praças e equipamentos sejam renomeados em homenagem a familiares, vítimas da Ditadura Militar e defensores da democracia, com o propósito de prestar tributo a pessoas, cujas trajetórias estão detalhadas na tabela anexa a este projeto de lei, reconhecidas pela resistência, preservação dos direitos humanos e

⁶ Para mais, ver: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, 3ª Vara de Fazenda Pública, Ação Civil Pública nº 1097680-66.2024.8.26.0053; j. Luis Manuel Fonseca Pires, decisão de 13 dez. 2024.



Gabinete do Vereador Nabil Bonduki (45°GV)

busca incessante pelas vítimas de episódios de desaparecimento forçado provocados pela Ditadura Militar. Assim, pretende-se fortalecer os valores essenciais de justiça e liberdade que esta Casa Legislativa se compromete a defender.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres vereadores desta Casa Legislativa para a aprovação do presente Projeto de Lei.



Gabinete do Vereador Nabil Bonduki (45ºGV)

Anexo Único - Proposta de alteração da denominação de logradouros e equipamentos públicos

FAMILIARES DAS VÍTIMAS

Logradouro atual	Praça Augusto Rademaker Grunewald
Endereço: Praça Augusto Rademaker Grunewald - Itaim Bibi - São Paulo - SP, 04533-085	
Minibiografia: Foi ministro da Marinha em duas ocasiões e, posteriormente, vice-presidente entre 1969 a 1974, sob o governo Emílio Médici, o período mais intenso de repressão, censura e cassação de direitos civis e políticos Fonte: Ação Civil Pública nº 1097680-66.2024.8.26.0053	
Altera por	Praça Eunice Paiva
Minibiografia: Maria Lucrécia Eunice Facciolla Paiva (1929-2018) foi uma advogada e ativista brasileira que se destacou pela defesa dos direitos humanos e das causas indígenas, sendo uma das fundadoras do Instituto Socioambiental (ISA). Eunice tornou-se uma figura pública notável durante a ditadura militar brasileira, após o desaparecimento de seu marido, Rubens Paiva, deputado cassado e vítima da repressão política em 1971. A partir de então, dedicou-se à busca por justiça para os presos e desaparecidos políticos ao colaborar com a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e participou ativamente da elaboração da Constituição de 1988, especialmente na inclusão dos direitos indígenas. Eunice Paiva é lembrada por sua coragem, compromisso com a justiça social e legado de luta pelos direitos humanos. Fonte: https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/eunice-paiva/	

Logradouro atual	Avenida General Ênio Pimentel da Silveira
Endereço: Avenida General Ênio Pimentel da Silveira - Morumbi - São Paulo, SP, 05745-240	
Minibiografia: A rua fica dentro de um condomínio fechado e aparece com seu histórico "em revisão". O homenageado é um coronel que serviu no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército de maio de 1970 a fevereiro de 1976. Teve participação em casos de tortura, execução e desaparecimento forçado. Fonte: Ação Civil Pública nº 1097680-66.2024.8.26.0053	
Altera por	Avenida Egle Vannucchi Leme
Minibiografia: Egle Vannucchi Leme (1926-2019) tornou-se referência na luta por memória, verdade e justiça após o assassinato de seu filho, Alexandre Vannucchi Leme, estudante da USP e integrante da ALN, morto sob tortura no DOI-CODI em 1973. Diante das versões falsas divulgadas pelo regime, Egle e seu esposo buscaram incansavelmente pelo corpo do filho, encontrando seus restos mortais dez anos depois no Cemitério Dom Bosco, em Perus. Egle denunciou a ditadura em atos públicos, escreveu ao Papa e integrou o Comitê Brasileiro de Anistia desde 1978. Ela sempre teve disposição para falar com estudantes, políticos ou com qualquer público que a convidasse, ciente de que seu pleito não era apenas de uma família isolada, mas o de um povo. Também participou da mobilização pela Lei 9.140/95, que reconheceu mortos e desaparecidos políticos. Faleceu em 2019, aos 93 anos, deixando legado de luta por justiça. Fonte: https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/egle-vannucchi-leme/	



Gabinete do Vereador Nabil Bonduki (45°GV)

Logradouro atual	Rua Dr. Octávio Gonçalves Moreira Júnior
Endereço: Rua Dr. Otávio Gonçalves Moreira Júnior - Jardim Esmeralda São Paulo - SP, 05366-090	
Minibiografia: Nomeada em homenagem a um delegado de polícia no Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP) e, posteriormente, no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército. Teve participação em casos de tortura, detenção ilegal, tortura, execução e ocultação de cadáveres. Fonte: Ação Civil Pública nº 1097680-66.2024.8.26.0053	
Altera por	Rua Zuzu Angel
Minibiografia: Zuleika de Souza Netto, conhecida como Zuzu Angel, (1921-1976) foi uma renomada estilista brasileira e uma incansável opositora da ditadura militar. Mãe de Stuart Angel Jones, militante do MR-8 torturado e morto pelo regime em 1971, Zuzu passou anos denunciando a violência da repressão e buscando informações sobre o filho. Sua luta refletiu em suas criações, que incorporaram elementos de protesto, como estampas de tanques e anjos amordaçados. Em 1976, morreu em um suspeito acidente de carro no Rio de Janeiro. Somente em 1998, a Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos reconheceu que sua morte foi uma emboscada, sendo mais um crime da ditadura. Fonte: https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/zuzu-angel/	

Logradouro atual	Rua Alberi Vieira dos Santos
Endereço: R. Alberi Vieira dos Santos - Conj. Hab. Jova Rural São Paulo - SP, 02281-216	
Minibiografia: Alberi Vieira dos Santos(1937-1979) ex-sargento da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, colaborador do Centro de Informações do Exército, com participação em massacres, armação de emboscadas e chacinas de resistentes, detenções ilegais, execuções, desaparecimento forçado e ocultação de cadáveres; documentos produzidos pelos órgãos da ditadura militar comprovam a atuação de Alberi como agente a serviço da repressão, como o Informe nº 22-165/74, do Departamento Central de Informações da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, de 1º de agosto de 1974, que revela a coordenação de atividades de Alberi na fronteira brasileira, cuja principal missão era a de “infiltrar-se entre ex-companheiros para espioná-los e posteriormente entregá-los para o Exército”. Fonte: Ação Civil Pública nº 1097680-66.2024.8.26.0053	
Altera por	Rua Marli Coragem
Minibiografia: Marli Pereira Soares testemunhou, em 1979, o assassinato de seu irmão, Paulo Pereira Soares, pela polícia militar e, ao denunciá-lo, reconheceu um dos responsáveis, que nunca foi preso. Sua busca por justiça foi incansável, levando-a a ser apelidada de "Marli Coragem", mas também a sofrer ameaças e se esconder por um tempo. Anos depois, seu filho Sandro, de 15 anos, também foi morto pela polícia. Sua luta ficou registrada no livro “Marli Mulher: tenho pavor de barata, de polícia não”, onde relata sua resistência diante da violência policial e a impunidade no Brasil. Fonte: https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/marli-pereira-soares/	

Logradouro atual	Rua Olímpio Mourão Filho
Endereço: R. Mal. Olímpio Mourão Filho - Cidade São Francisco, São Paulo - SP, 05352-080	



Gabinete do Vereador Nabil Bonduki (45ºGV)

Fonte: O general mineiro Olympio Mourão Filho (1900-1972), membro da Ação Integralista Brasileira, esteve envolvido em dois golpes de Estado no Brasil. Em 1937, forjou o Plano Cohen, documento atribuído falsamente aos comunistas e usado pelo governo Vargas para justificar a instauração do Estado Novo. Décadas depois, em 31 de março de 1964, foi o primeiro a movimentar tropas de Juiz de Fora (MG) rumo ao Rio de Janeiro, dando início à insurreição militar que levou à queda do presidente João Goulart.
<https://arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/os-poderes-general-olympio-mourao-filho> e
<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/08/ruas-de-sp-com-nomes-da-ditadura-militar-serao-reomea-das-veja-lista.html>

Altera por	Rua Esmeraldina Carvalho Cunha
------------	--------------------------------

Minibiografia: Esmeraldina Carvalho Cunha faleceu em 20 de outubro de 1972, encontrada morta em casa em circunstâncias suspeitas. Mãe de Nilda Carvalho Cunha, jovem presa e torturada pelo regime militar, Esmeraldina denunciou incansavelmente a morte da filha. Perseguida e ameaçada, sua morte foi posteriormente reconhecida como resultado de suas denúncias contra a repressão. Foi enterrada no cemitério Quinta dos Lázaros, em Salvador (BA).

Fonte: <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/esmeraldina-carvalho-cunha/#acervo>

Logradouro atual	Rua Délio Jardim de Matos
------------------	---------------------------

Endereço: R. Délio Jardim de Matos - Campo Grande São Paulo - SP, 04458-025

Minibiografia: Faz referência ao Tenente-brigadeiro do ar, foi ministro da Aeronáutica de março de 1979 a março de 1985. Foi um dos principais articuladores do movimento que promoveu o golpe de Estado de 1964 e, posteriormente, integrante do gabinete militar da Presidência da República do governo do marechal Humberto Castelo Branco.

Fonte: Ação Civil Pública nº 1097680-66.2024.8.26.0053

Altera por	Rua Maria José Araújo
------------	-----------------------

Minibiografia: Maria José Araújo, enfermeira e parteira, realizou mais de mil partos. Natural de Anadia, Alagoas, casou-se aos 14 anos e teve cinco filhos. Em 1957, separada, mudou-se para São Paulo com dois deles, onde viveu por 34 anos e trabalhou em diversos hospitais e maternidades. Seu filho mais velho, Luiz Almeida Araújo, militante da ALN, foi assassinado pela ditadura em 1971. Maria José o procurou incansavelmente, visitando órgãos de repressão ao lado do filho Manoel, que faleceu anos depois. Sua filha Amparo, também militante, foi a primeira a notar o desaparecimento de Luiz. Elas nunca descobriram seu paradeiro. Apesar das perdas, Maria José seguiu adiante. Antes de voltar a Alagoas, adotou Vinícius, que hoje vive perto dela. Recentemente, estreou um comercial exibindo seu grande sorriso.

Fonte: <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/maria-jose-araujo/>



Gabinete do Vereador Nabil Bonduki (45°GV)

LUTARAM PELA DEMOCRACIA

Logradouro atual	Praça General Humberto de Souza Melo
Endereço: Praça General Humberto de Souza Melo - Belenzinho, São Paulo - SP, 03021-010	
Minibiografia: Humberto de Souza Mello (1908-1974), tornou-se general de brigada em 1964, ano do golpe militar, e ocupou cargos de alta responsabilidade no governo, incluindo o comando do 2º Exército. Em 1971, militantes da ALN tentaram sequestrá-lo na saída de uma igreja batista em São Paulo, mas fugiram ao serem surpreendidos por agentes do governo, e o caso não foi noticiado devido à censura. Posteriormente, foi nomeado chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, cargo que deixou em 1974 ao passar para a reserva, falecendo no mesmo ano. Fonte: https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/08/ruas-de-sp-com-nomes-da-ditadura-militar-serao-reomeadas-veja-lista.html	
Altera por	Praça Joana Lopes
Minibiografia: Joana Lopes, pesquisadora da dança, arte-educadora e jornalista, foi uma das fundadoras do jornal Brasil Mulher, criado em 1975, em Londrina (PR). No início da década de 1970, lecionava na Universidade Estadual de Londrina, mas foi demitida após desenvolver um projeto de teatro que descontentou as autoridades da instituição, onde funcionava a Assessoria Especial de Segurança Interna. Colaborou no jornal Brasil Mulher buscavam romper as barreiras do jornal editado por homens e dirigido a eles, pois tratava de assuntos considerados tabu na época, como reforma agrária, sexualidade, divórcio, anistia, aborto, direitos da mulher, casos de violência contra presas políticas, entre outros. Fonte: https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/joana-lopes/	
Logradouro atual	Praça Ministro Alfredo Buzaid
Endereço: Praça Ministro Alfredo Buzaid, Vila Nova Conceição, São Paulo - SP, 04530-040	
Minibiografia: Alfredo Buzaid foi Ministro da Justiça durante o governo Médici, no período de 1969 a 1974, tendo apoiado o Ato Institucional nº 5 que inaugurou o período mais intenso de repressão, cassação de direitos civis e políticos e violações aos direitos humanos da ditadura militar. Faleceu em 10 de julho de 1991 e seu nome foi atribuído a uma Praça pública localizada em Moema, na subprefeitura Pinheiros. Fonte: PL 558/2016	
Altera por	Praça Nadir Gouvêa Kfourri
Minibiografia: Nadir Gouvêa Kfourri (1976-1980) foi assistente social, professora e a primeira mulher a reitor da PUC-SP de 1976 a 1984. Durante sua gestão, enfrentou a repressão da ditadura militar, especialmente em 1977, quando tropas lideradas pelo coronel Erasmo Dias invadiram a universidade para reprimir um encontro no local, que tentava reorganizar a União Nacional dos Estudantes (UNE), à época na ilegalidade. Seu gesto de recusar um aperto de mão do coronel, dizendo "não dou a mão a assassinos". Registrado em fotografia, esse gesto a marcou como importante símbolo de resistência à ditadura. Após sua segunda gestão, aposentou-se. Faleceu em 2011, aos 97 anos, e deixou seu legado na PUC-SP, que a nomeou em sua homenagem à biblioteca do campus Perdizes e a Comissão da Verdade. Fonte: https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/nadir-kfourri/	



Gabinete do Vereador Nabil Bonduki (45°GV)

Logradouro atual	Rua Trinta e Um de Março
Endereço: Rua Trinta e Um de Março - Fazenda Morumbi, São Paulo, 05657-030	
Minibiografia: Faz referência ao dia do golpe civil-empresarial-militar; Na descrição da época, a justificativa apresentada foi que seria uma “homenagem à Revolução Redentora de 1964.” Fonte: Ação Civil Pública nº 1097680-66.2024.8.26.0053	
Altera por	Rua Ricardo Zarattini Filho
Minibiografia: Ricardo Zarattini Filho (1935 - 2017) foi engenheiro e ex-deputado federal, com longa trajetória na militância política. Participou da campanha “O Petróleo é Nosso” e presidiu a UEE-SP. Durante a ditadura militar, foi preso, torturado e exilado, sendo libertado em 1969 na troca do embaixador Charles Burke Elbrick. Retornou ao Brasil em 1974, foi novamente preso em 1978 e libertado com a anistia. Nos anos 1980, atuou na Constituinte e no PT, tornando-se deputado federal em 2004. Em 2013, foi inocentado da acusação pelo atentado no Aeroporto dos Guararapes (1966). Fonte: https://memoriasdeditadura.org.br/personagens/ricardo-zarattini/	



Gabinete do Vereador Nabil Bonduki (45°GV)

VÍTIMAS DA DITADURA

Logradouro atual	Rua Henning Boilensen
Endereço: Rua Henning Boilensen - Jaguaré, São Paulo - SP, 05338-050	
Minibiografia: Henning Albert Boilensen (1916-1971) foi um executivo dinamarquês naturalizado brasileiro que presidiu a Ultragaz e atuou como patrocinador da Ditadura Militar brasileira, torturador, além de ser fundador do Centro de Integração Empresa Escola. Fonte: Relatório da Comissão da Verdade, 2006 e https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/08/ruas-de-sp-com-nomes-da-ditadura-militar-serao-reomea-das-veja-lista.html	
Altera por	Rua Madre Maurina
Minibiografia: Madre Maurina Borges Silveira (1927 - 2011) foi a única freira presa e torturada durante a ditadura militar no Brasil. Em 1969, foi detida em Ribeirão Preto sob suspeita de abrigar guerrilheiros, acreditando que pertenciam ao Movimento Estudantil Jovem (MEJ). Submetida a cinco meses de tortura sob o comando do delegado Sérgio Paranhos Fleury, enfrentou choques elétricos e rumores de estupro e gravidez, que sempre negou. Após sua prisão, os delegados responsáveis foram excomungados, o que interrompeu sua tortura. Em 1970, foi exilada no México e retornou ao Brasil em 1985 e faleceu aos 84 anos, em 2011, em Araraquara. Sua história é retratada nos livros Sombras da Repressão: o Outono de Maurina Borges, de Matilde Leone, e Imaculada, de Denise Assis. Fonte: https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/madre-maurina/	
Logradouro atual	Rua Dr. Mário Santalucia
Endereço: Rua Dr. Mário Santalucia - Tremembé, São Paulo - SP, 02351-070	
Minibiografia: Homenagem a médico que integrou o Instituto Médico Legal e teve participação em caso de emissão de laudo necroscópico fraudulento. Fonte: Ação Civil Pública nº 1097680-66.2024.8.26.0053	
Altera por	Rua Carlos Roberto Zanirato
Minibiografia: Carlos Roberto Zanirato (1949-1969) foi morto aos 19 anos por agentes do Estado brasileiro após ser preso e torturado no DEOPS/SP, em 1969. A versão oficial alegava suicídio, afirmando que ele teria se jogado sob um ônibus durante uma operação policial. No entanto, documentos e investigações posteriores desmentem essa narrativa. Ex-militar, Zanirato desertou do 4º Regimento de Infantaria para ingressar na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Após sua prisão, laudos necroscópicos registraram seu corpo com algemas e múltiplas fraturas, evidências de tortura. Relatórios militares de 1993 mantiveram a versão do suicídio, apesar das contradições. Fonte: https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/carlos-roberto-zanirato/	
Logradouro atual	Rua Senador Filinto Muller
Endereço: Rua Senador Filinto Muller - Parque São Rafael São Paulo - SP, 08320-110	



Gabinete do Vereador Nabil Bonduki (45°GV)

Minibiografia: Filinto Müller foi senador por quatro vezes entre 1947 e 1973. Durante o Estado Novo, foi chefe da polícia política instaurada pela ditadura Vargas, tendo participado de operações para capturar lideranças do movimento comunista incluindo Luís Carlos Prestes e sua companheira Olga Benário, que foi extraditada e assassinada pelo regime nazista. Foi também, presidente da Aliança Renovadora Nacional - ARENA, partido situacionista do regime militar instituído em 1964. Em 1973 faleceu em acidente aéreo em Paris e seu nome foi atribuído a uma rua localizada no Parque São Rafael, subprefeitura de São Mateus.

Fonte: PL 556/2016 e

<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/08/ruas-de-sp-com-nomes-da-ditadura-militar-serao-reomea-das-veja-lista.html>

Altera por	Rua Jerônimo Alves
------------	--------------------

Minibiografia: Nascido em Minas Gerais, veio para São Paulo ainda adolescente, onde constituiu família militante e participou ativamente de diversos movimentos sociais, incluindo o Movimento da Saúde, Movimento de Moradia, Sindicato dos Aposentados, Fórum Anistia – Tortura Nunca Mais, além de atuar no conselho escolar e como tesoureiro da Igreja Padre Ezequiel Ramim. Preso político por duas vezes, fundou a Associação Clube de Mães do Rio Claro. Faleceu aos 72 anos, em Brasília, enquanto acompanhava o Fórum Tortura Nunca Mais para receber uma homenagem, morrendo na luta.

Fonte: <http://www.mstleste1.org.br/wp-content/uploads/2016/09/jdm.pdf>

Logradouro atual	Avenida Presidente Castelo Branco
------------------	-----------------------------------

Endereço: Avenida Presidente Castelo Branco, 05118-100

Minibiografia: Homenageia o marechal do Exército e ex-presidente (1964-1967) Humberto de Alencar Castelo Branco (1897-1967) que foi uma das lideranças do golpe de Estado de 1964 e criou o Serviço Nacional de Informações, fundamentou perseguições políticas, torturas e execuções.

Fonte: Ação Civil Pública nº 1097680-66.2024.8.26.0053

Altera por	Avenida Engenheiro Rubens Paiva
------------	---------------------------------

Minibiografia: Rubens Paiva (1929-1971) foi um engenheiro e político brasileiro, eleito deputado federal pelo PTB em 1962. Defensor das reformas de base e crítico do regime militar instaurado em 1964, foi preso em 20 de janeiro de 1971 por agentes do DOI-CODI. Torturado e morto, seu corpo nunca foi encontrado. Sua morte foi oficialmente reconhecida em 2014 pela Comissão Nacional da Verdade. Paiva tornou-se símbolo da resistência contra a ditadura e da luta pelos direitos humanos no Brasil.

Fonte: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rubens-beyrodt-paiva>